



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 338 – 15 de Novembro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Número de empresas da família presidencial duplicou no último mandato de Nyusi
(baixe o boletim através do <https://bit.ly/3O6Et7g>)

Nações Unidas pedem ao Governo para parar com violação dos direitos humanos

Em comunicado, os especialistas em direitos humanos da ONU pediram, esta sexta-feira, às autoridades de Moçambique que previnam e parem imediatamente com a violência e a repressão de jornalistas, advogados, defensores dos direitos humanos e manifestantes e garantam que os responsáveis sejam investigados e processados.

"As violações do direito à vida, incluindo de uma criança, os assassinatos deliberados de manifestantes desarmados e o uso excessivo da força pela polícia destacada para dispersar protestos pacíficos em Moçambique são muito perturbadores", disseram os especialistas. "Apelamos às autoridades moçambicanas para que investiguem prontamente e imparcialmente todos os assassinatos ilegais." Várias manifestações nas últimas semanas desafiaram a integridade do processo eleitoral.

"As autoridades precisam de tomar medidas para deter a violência e garantir um ambiente no qual todos os moçambicanos, incluindo mulheres e meninas, possam participar plena e igualmente dos processos políticos e se expressarem sem medo", disseram os especialistas.

"Os agentes da lei têm o dever de respeitar e proteger aqueles que exercem o seu direito de reunião pacífica, e os oficiais devem permanecer neutros e imparciais durante qualquer protesto, prevenir danos e proteger o direito à vida, liberdade e segurança pessoal dos envolvidos."

Os especialistas disseram que o desaparecimento forçado no contexto da violência eleitoral tem um impacto duradouro no tecido democrático dos Estados. Restrições às liberdades da mídia também foram amplamente relatadas, incluindo ataques, intimidação e assédio a jornalistas, e internet intermitente e bloqueios aos serviços de rede móvel. Defensores dos direitos humanos que relataram irregularidades no processo eleitoral ou participaram de protestos foram intimidados e ameaçados.

“Instamos as autoridades moçambicanas a facilitar o acesso à informação para todos e condenamos a interrupção generalizada dos serviços de internet, que supostamente coincidiu com manifestações e marchas anunciadas”, disseram os especialistas.

Missão eleitoral da CPLP diz ter testemunhado contagem errada de votos

Finalmente, entre outras recomendações, a MOE da CPLP defende que a CNE passe a ter um “pendor mais técnico do que político, por forma a melhorar a confiança dos cidadãos na neutralidade do órgão”.

A Missão de Observação Eleitoral da CPLP, liderada pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português João Gomes Cravinho, refere que “o ponto de partida não era favorável para a credibilidade do processo eleitoral”. E diz ter testemunhado contagem errada de votos e indícios de eleitores que votaram várias vezes, “condicionando negativamente a transparência e credibilidade do processo”, segundo o relatório final a que a agência Lusa teve acesso.

A MOE da CPLP afirma ter registado “nas diversas mesas em que esteve presente” o “cumprimento díspar” do que estabelece a legislação eleitoral “nomeadamente quanto à leitura do número sequencial do boletim de voto; à existência de boletins em branco em número superior ao número de eleitores inscritos na mesa; à contagem das descargas registadas nos cadernos eleitorais; à conciliação do número de descargas no caderno eleitoral com o número de votos expressos na urna; ao trancamento da lista de eleitores; e à afixação das atas em local visível da assembleia de voto”.

De acordo com a Lusa, entre as controvérsias pré-eleitorais, a MOE elenca a contestação que as eleições autárquicas desencadearam, com a retificação pelo Conselho Constitucional (CC) – que tem funções de tribunal eleitoral - da distribuição de vitórias e a repetição do escrutínio em vários municípios e mesas de voto relativamente aos resultados anunciados então pela Comissão Nacional de Eleições.

“O raciocínio detalhado da CNE na sua atribuição inicial de resultados eleitorais e do CC nas suas decisões posteriores, bem como a desagregação detalhada dos números eleitorais para cada mesa em cada autarquia, não são inteiramente conhecidos, levando a que os resultados finais tivessem ficado envoltos em controvérsia”, lê-se no relatório final da MOE da CPLP.

Os observadores eleitorais da CPLP assistiram, também, a “diversos casos de contagem errónea de votos, nomeadamente: boletins de voto dobrados de forma sobreposta e contados como válidos, indiciando que a mesma pessoa teria votado mais do que uma vez”, e ainda a “muitas dezenas de votos com uma marca idêntica, indiciando que a marcação no boletim de voto terá sido feita pela mesma pessoa”.

A “excessiva morosidade” na contagem dos votos e os diferentes procedimentos de presidentes de mesas de voto resultou “a que muitas horas depois do encerramento não houvesse resultados disponíveis, condicionando negativamente a perceção da transparência e, por conseguinte, da credibilidade do processo”.

O anúncio dos resultados finais pela CNE, a 24 de Outubro, resultou de uma decisão maioritária dos seus membros e não foi feita por consenso “o que contribui para um sentimento de incerteza sobre a fiabilidade dos resultados”, destaca a MOE da CPLP, salientando que seis dos 13 comissários contestaram em declaração de voto a deliberação final da CNE.

Reconhecendo que cabe agora ao CC ter “a palavra final” sobre os resultados das eleições de 09 de Outubro, a MOE da CPLP considera “que haverá um importante trabalho a fazer pelas autoridades moçambicanas, em parceria com representantes partidários e a sociedade civil, para readquirir a confiança dos cidadãos no processo eleitoral e, por esta via, granjear maior credibilidade para os resultados eleitorais”.

Mais um assassinado em Moçambique

As manifestações continuaram esta sexta-feira em vários pontos do país, mas sem muita violência. Em Ressano Garcia, os manifestantes continuaram a bloquear a transitabilidade entre a África do Sul e Moçambique.

Pela manhã, um manifestante foi baleado mortalmente pela polícia no bairro Luís Cabral, na Cidade de Maputo.

As raízes de um protesto sem precedentes em Moçambique

Os jovens continuam a marchar e a protestar enquanto a retórica do Governo aumenta, chamando-os de terroristas e dando à Polícia o direito de disparar para matar. Pelo menos 50 manifestantes foram mortos pela Polícia, muito mais do que os insurrectos mortos em Cabo Delgado no mesmo período. Uma greve geral sem precedentes está agora na sua terceira semana. Não se trata apenas de protesto contra a fraude eleitoral maciça, mas também de protesto contra a pobreza crescente e a falta de futuro. A Frelimo parece estar dividida e preocupada.

Este é o PowerPoint de um seminário dado por Joseph Hanlon, assessor deste Boletim CIP Eleições, na London School of Economics, onde é professor visitante.

Continuação da greve geral após as eleições de 9 de outubro em Moçambique, por Joseph Hanlon, Power Point do seminário de 12 de novembro de 2024 com notas e alterações, Instituto Firoz Lalji para África, London School of Economics. <https://bit.ly/Moz-El-jh-LSE-pt>

Sem justiça e sem paz em Moçambique

“A Frelimo pode ter ganho as eleições, mas perdeu o povo”, escreve Ruth Catel-Branco, citando Tomás Vieira Mário. Há uma década, o tipo de movimento de protesto registado nas últimas semanas teria sido difícil de imaginar. As vozes oposicionistas eram poucas e distantes entre si, e tudo o que o regime da Frelimo tinha de fazer era perseguir uns quantos azarados para restaurar a ordem. Hoje, as vozes da oposição são demasiado numerosas e diversificadas para serem silenciadas. Tornou-se cada vez mais claro que, se não houver justiça, não haverá paz.”

Sem justiça e sem paz em Moçambique, por Ruth Castel-Branco. Publicado por África é um país. <https://africasacountry.com/2024/11/sem-justica-e-sem-paz-em-mocambique>

E do CIP

Insurgentes intensificam ataques em Cabo Delgado durante a violência pós-eleitoral em Maputo, 11 de Novembro de 2024. <https://www.cipmoz.org/pt/2024/11/11/insurgentes-intensificam-ataques-em-cabo-delgado-durante-a-violencia-pos-eleitoral-em-maputo/>

O Impacto económico da fraude eleitoral em Moçambique, 11 de Novembro de 2024, <https://www.cipmoz.org/pt/2024/11/11/o-impacto-economico-da-fraude-eleitoral-em-mocambique/>

Gás lacrimogénio usado pela Polícia contra manifestantes representa um risco à saúde pública, 8 Nov 2024 <https://www.cipmoz.org/pt/2024/11/08/gas-lacrimogenio-usado-pela-policia-contra-manifestantes-representa-um-risco-a-saude-publica/>

Só em inglês

Greve eleitoral tem as mesmas raízes que a insurreição de Cabo Delgado

A actual “agitação não tem apenas a ver com a contestação dos resultados eleitorais”, adverte Sam Jones da UNU-Wider. Reflecte o desencanto generalizado com o *status quo*, incluindo a mobilidade social limitada para muitos. Para alguns académicos, o surgimento do terrorismo islâmico no norte do país, desde 2017, é outro sintoma das crescentes desigualdades e das expectativas não satisfeitas da extração de recursos naturais, num contexto de rápido crescimento populacional”. Em parte, culpa a crise da dívida oculta mas também aponta a captura das elites e a incapacidade de apoiar a agricultura, nomeadamente ao não fixar preços mínimos ao produtor. Não nota que ambos foram impostos pelo FMI. E quer a desvalorização e o aumento da austeridade, que só vão piorar a crise.

Mozambique in post-election turmoil: economic policies that could make a difference, by Sam Jones, Senior Research Fellow, World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), United Nations University. Published on *The Conversation*, 13 Nov 2024.

<https://theconversation.com/mozambique-in-post-election-turmoil-economic-policies-that-could-make-a-difference-243603>

O protesto vai continuar

Post-election unrest expected to persist, Executive Research Associates (South Africa) Alert 192. <https://www.erassociates.co.za/2024/11/14/alert-192-post-election-unrest-expected-to-persist/>

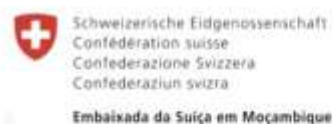
Mozambique’s last stand for democracy? Institute for Security Studies (ISS, Pretoria) by Borges Nhamirre. <https://issafrica.org/iss-today/mozambique-s-last-stand-for-democracy?>

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	Director: Edson Cortez Autor: Lázaro Mabunda Editor: Lázaro Mabunda Assessor: Joseph Hanlon Revisão Linguística: Samuel Monjane Layout: Alberto Manguela	Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschield, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo Web: https://www.cipeleicoes.org/ Facebook: @cipeleicoes Instagram: @cipeleicoes Tiktok: @cipmoz Telegram: +258 843890584

Financiado por:



Parceiros do CIP:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos

